

França libera empréstimo

A primeira medida prática de apoio ao Brasil veio

Dúvida Externa

CORREIO BRAZILIENSE Brasília, quarta-feira, 4 de março de 1987 9

apesar da moratória

da França, que não sugeriu ida ao FMI

Paris — O Brasil conseguiu ontem o primeiro apoio concreto para a sua tese de mudança dos mecanismos financeiros internacionais. A França resolveu liberar dois financiamentos para a compra de equipamentos hospitalares e também para o desenvolvimento de projetos especiais da Petrobrás. Esses recursos, solicitados há alguns meses pelas autoridades brasileiras, tinham sido inicialmente negados pelo Governo francês. A liberação foi anunciada pelo ministro da Fazenda francês, Edwards Balladur, ao ministro da Fazenda brasileiro, Dilson Funaro, que se encontra na Europa mantendo contatos com os governos dos países credores do Brasil.

Contrariamente às autoridades britânicas, as francesas não sugeriram ao ministro Dilson Funaro que o Brasil firme um acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) sobre o problema da dívida.

Funaro veio de Londres, onde o ministro britânico das Finanças, Nigel Lawson, declarou que as autoridades brasileiras deveriam "mostrar-se capazes de apresentar um programa econômico convincente a seus credores" e neste sentido "um acordo com o FMI seria de grande utilidade", sugeriu.

Na capital francesa, Funaro encontrou-se ainda com o presidente do Banco da França, Jacques de Larosière. Ao término das reuniões, Funaro declarou aos jornalistas que não falou em Fundo Monetário Internacional com Balladur e Larosière: "Nem quando o Senhor Larosière era presidente do FMI, nunca nos propôs firmarmos um acordo", afirmou o ministro.

O ministro, ao comentar a posição adotada pelo Brasil, de suspender o pagamento dos juros, disse que a medida ajudou países latino-americanos, como o Chile e Venezuela, a negociarem mais rapidamente suas dívidas, pois os banqueiros temiam atitude de solidariedade por parte dos de outros países que seguiriam o exemplo do Brasil.

Ele assinalou que o fato de esses países terem se beneficiado da atitude do Brasil é positiva. Comentou, ainda, a posição brasileira, afirmando que ela é de firmeza, e que a história mostra que países que adotaram a posição brasileira estão corretos, pois dentro em breve os banqueiros vão compreender que o Brasil pretende resolver seus problemas a médio e longo prazos e não em seis meses.

O ministro da Fazenda observou que o Brasil, como outros países, só negociava seus financiamentos no prazo de seis meses a um ano, o que trazia muita

insegurança ao mercado. Como se sabe, em todos os países onde negociações ocorrem num curto prazo, os empresários evitam fazer investimentos pela incerteza em relação ao futuro. Agora, com o Brasil renegociando parte de sua dívida num prazo de 4 a 5 anos, haverá segurança para os empresários, que poderão investir na compra de maquinaria sem medo do futuro.

Funaro disse que a situação do Brasil é boa hoje, pois foi muito bem recebido. Lembrou seus contatos com as autoridades norte-americanas e inglesas, que chamaram a atenção de toda a imprensa e que agora essa atitude será mais reconhecida ainda, quando a França resolveu liberar novos empréstimos para o País. O ministro da Fazenda afirmou que todos os jornais da Europa que tem visto apresentam repercussões bastante favoráveis ao Brasil. Isso, segundo Funaro, é muito bom, porque não significa que o Brasil quebrou, mas que tomou uma posição pública de absoluta firmeza. "Este 'marketing' que o noticiário diário sobre o Brasil aborda é muito importante e não tem preço".

Disse ainda que o Brasil já fez muitos esforços como bom pagador e sempre manteve um grande saldo comercial. Agora, continua com saldo apreciável, esperando para este ano US\$ 8 bilhões. Isso significa que continuaremos como com o terceiro superávit do mundo.

"O Brasil já pagou muito pelos acordos feitos a curto prazo, anteriormente. Por causa disso, o País suportou 4 anos de recessão. Agora é hora de superar a crise. Não estamos pedindo dinheiro vivo (cash flow). O Brasil quer agora negociar o total de sua dívida. Depois é que vai pensar em pedir dinheiro".

O ministro Dilson Funaro chegou ontem a Bonn para entrevistar-se com o ministro alemão da Fazenda, Gerhard Stoltenberg, sobre as últimas medidas adotadas pelo governo do Brasil em relação à dívida externa.

Um porta-voz da embaixada do Brasil em Bonn declarou que a "visita-relâmpago" de Funaro à Alemanha Ocidental consistirá apenas de um encontro com Stoltenberg, que lhe ofereceu um jantar em sua honra. Funaro explicou a seu colega alemão a decisão do governo do presidente José Sarney de suspender por tempo indeterminado o pagamento do serviço de sua dívida externa, que é de cerca de 108 bilhões de dólares, informou o porta-voz da missão diplomática brasileira.

O ministro brasileiro pernoitará na cidade de Düsseldorf, de onde seguirá viagem hoje para Zurique, na Suíça.

Capitalização dos juros

O Brasil abandonou a timidez e a sua primeira proposta de renegociação da dívida aos credores externos pode envolver a capitalização de 75% dos juros por 20 anos. As novas projeções do Ministério da Fazenda apontam a necessidade de US\$ 6,4 bilhões a 6,9 bilhões de dinheiro novo e/ou juros capitalizados para o fechamento do balanço de pagamentos deste ano, diante da nova meta de superávit comercial de US\$ 7,5 bilhões a 8 bilhões.

O Banco Central mantém a estimativa de que os organismos internacionais, agências governamentais e fornecedores financeirão, ao longo deste ano, US\$ 2,35 bilhões. Assim, o Brasil precisará dos bancos privados internacionais de US\$ 4 bilhões a 4,5 bilhões para fechar as contas externas deste ano, o que significa a capitalização quase integral dos US\$ 4,8 bilhões de juros devidos aos bancos credores ou a contratação de empréstimo novo em cifra equivalente.

O Ministério da Fazenda já tomou a decisão política de buscar apenas superávit comercial de, no máximo, US\$ 8 bilhões, apesar da projeção inicial do Banco Central de US\$ 11,5 bilhões, depois reduzida para US\$ 10,2 bilhões. Em consequência, aumentou a necessidade da contrapartida dos bancos credores e a complexidade da renegociação da dívida brasileira.

O ponto de partida do ajuste do balanço de pagamentos desse ano depende do sucesso da atual missão do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, e do presidente do Banco Central, Francisco Góes, pelos Estados Unidos e Europa. O Brasil precisa obter das agências governamentais US\$ 700 milhões, este ano, sobretudo dos Bancos de Exportação e Importação (Eximbank) dos Estados Unidos e do Japão, através de financiamentos diretos ou garantias às operações bancárias normais. Excluídos da suspensão do pagamento de juros, os fornecedores e importadores deverão garantir créditos novos de US\$ 950 milhões, praticamente, o mesmo nível de 1986.

A fria reação das autoridades econômicas dos Estados Unidos e da Inglaterra às ponderações de Funaro e Góes quanto à moratória parcial da dívida foi considerada natural no Ministério da Fazenda. Há argumentos de que, por exemplo, até por dever de ofício, o ministro das Finanças britânico, Nigel Lawson, só poderia dizer que o Brasil deve negociar diretamente com os bancos credores e não

esperar intervenção de governos e também que o país precisa apresentar programa Econômico com consistência auferida pelo Fundo Monetário International (FMI).

Sem dúvida, no segundo mestre, o Brasil vai colocar para o Clube de Paris a hipótese da extensão da moratória aos juros da dívida a agências governamentais, caso não haja a retomada de créditos oficiais.

Por enquanto, o país não cogita de novos saques e tão pouco de atrasar as amortizações junto ao FMI, previstas em US\$ 961 milhões para este ano. Embora o Ministério da Fazenda reitere que nada está descartado na renegociação da dívida, o Brasil evita atritos com o FMI, uma vez que pode precisar de apoio do organismo para negociar com os bancos credores.

Assegurada a liberação de US\$ 2,35 bilhões de organismos internacionais, agências governamentais e fornecedores, o Brasil enfrentará a parte mais complicada da renegociação, que são os credores privados. De início, o país precisa de US\$ bilhões a 4,5 bilhões de dinheiro novo ou juros capitalizados para fechar o balanço de pagamentos deste ano. Depois, quer a solução duradoura para a dívida que servia como pano de fundo para a decretação da moratória parcial, no último dia 20.

Os bancos credores têm razões para preocupações com o endurecimento do governo brasileiro. A proposta inicial do Brasil pode envolver a capitalização anual de 75% dos juros devidos aos bancos internacionais pelo prazo de 20 anos. O Ministério da Fazenda entende que esse é o prazo para a economia brasileira entrar no processo de crescimento auto-sustentado, com Produto Interno Bruto (PIB) capaz de fazer frente aos compromissos externos.

Com base nas estimativas de juros internacionais de 7% ao ano para a inflação norte-americana, de 3%, a dívida do Brasil aos bancos credores saltaria, conforme exercícios preliminares da Fazenda, dos atuais US\$ 60 bilhões para US\$ 164 bilhões, no ano 2007. Em contrapartida, à taxa média anual de 6%, o PIB brasileiro sairia dos atuais US\$ 260 bilhões para US\$ 1,51 trilhão. Assim, a remessa de juros da dívida a bancos privados cairia, ao longo do período, de 1,8% para 0,76% do PIB. É o que o Brasil quer na renegociação da dívida.